

“A [DES]FAVOR DOS MUTILADOS DA GUERRA”: A SITUAÇÃO NO PÓS-GUERRA

Joana Ribeiro¹ (PH – Grupo de Estudos)
Helena da Silva² (IHC-NOVA FCSH)

Resumo

Entre os serviços organizados para assistir os portugueses mutilados e estropiados no contexto da Primeira Guerra Mundial destacam-se o Instituto Médico-Pedagógico de Santa Isabel (Casa Pia de Lisboa) e o Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra de Arroios. Segundo a imprensa da época, a imagem de ambos foi bipolar. Por um lado, os médicos que neles desempenhavam funções publicavam os mais favoráveis relatos do seu funcionamento e da evolução dos mutilados. E, por outro, estes últimos davam conta de uma série de questões que desmitificavam todo o discurso positivo em torno da acção destes institutos em prol dos mutilados da guerra.

Recordaremos alguns dados sobre a criação e desenvolvimento destes institutos, nos quais se destacaram figuras como o Dr. Costa Ferreira, o Dr. Tovar de Lemos e ainda o Dr. José Pontes. Nesta análise tentaremos dar a conhecer os dois pontos de vista antagónicos sobre os institutos referidos, partindo das notícias publicadas em vários periódicos e relatos da época.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial; Mutilados portugueses; Imprensa; reeducação dos mutilados

Introdução

Os institutos de reeducação não passaram duma interessante «blague» como o prova o facto de para mais nada terem servido do que para ministrar tratamentos de enfermagem e umas vagas noções das primeiras letras aos inválidos analfabetos que o pretendessem.

Reeducado para qualquer trabalho, não saiu de lá um único inválido.³

O autor anónimo destas linhas resumiu de forma fria e directa o que foi feito, segundo ele, nos institutos de reeducação criados para receber os mutilados portugueses da Primeira Guerra Mundial. Na sequência da intervenção portuguesa neste conflito,

¹ Mestranda em Património na FCSH-NOVA e licenciada em História pela mesma faculdade. Em 2017, bolseira de investigação do projecto *Medical and Healthcare services in the First World War: the case of the Portuguese soldiers during and after the Great War (1914-1960)*.

² Investigadora FCT responsável pelo projecto de investigação supramencionado (IF/00631/2014/CP1221/CT0004). Doutorada em História Contemporânea pela *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (Paris) e pela Universidade do Minho.

³ Depois da tormenta. *Vítimas da guerra* “...e cuidar dos vivos”. N.º 76 (16/11/1933), p. 1.

começaram a regressar militares mutilados, sem que houvesse estruturas hospitalares preparadas para os receber. A criação de tais estruturas era um processo inovador no quadro português, tal como no quadro europeu, destacando-se o Instituto Médico-Pedagógico de Santa Isabel e o Instituto para Reeducação dos Mutilados da Guerra de Arroios. Estes não foram os únicos locais onde os mutilados foram tratados, mas os únicos que se dedicaram exclusivamente à reeducação física, moral e profissional dos mutilados, tendo como objectivo a reintegração na sociedade civil.

Enquanto estiveram em funcionamento, estes institutos de reeducação dos mutilados da guerra foram um tema recorrente em vários periódicos. As visitas de políticos e de outras personalidades eram frequentemente publicitadas⁴, bem como os apelos a donativos para a causa dos mutilados. Eram ainda recorrentes os artigos em que se dava a conhecer as actividades aí desenvolvidas, a situação dos mutilados que lá permaneciam ou os resultados obtidos através dos tratamentos administrados.

Contudo, a descrição e análise histórica da criação e do funcionamento destes dois institutos de reeducação, que funcionaram em Lisboa, foram já abordadas pelas historiadoras Cláudia Pinto Ribeiro⁵ e Sílvia Correia⁶. Neste artigo, pretende-se ir mais além dos estudos efectuados, dando a conhecer e avaliando a imagem do Instituto Médico-Pedagógico de Santa Isabel e do Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra de Arroios, tal como foi transmitida nos periódicos e nos relatos da época. Como foram apresentadas e retractadas estas duas estruturas, preparadas para receber especificamente mutilados da Grande Guerra? Efectuaremos uma dupla análise, mostrando o ponto de vista de quem ali trabalhou (directores e médicos) e também dos próprios mutilados. Demonstraremos assim dois pontos de vista antagónicos do que foi feito “A [des]favor dos mutilados da guerra”⁷: por um lado, os relatos positivos e, por outro, as críticas e as reclamações. Fixámos como limites cronológicos 1916, correspondendo ao início das publicações sobre a questão dos mutilados, e 1922 aos últimos artigos n’*A Capital* relativos

⁴ Mutilados portugueses. *Ilustração Portuguesa*. N.º 657 (23/09/1918), p. 255; O 9 de Abril no Instituto de Reeducação de Mutilados. *Ilustração Portuguesa*. N.º 687 (21/04/1919), p. 302-303; A visita do Snr Norton de Matos: no Instituto Militar de Arroios. *Ilustração Portuguesa*. N.º 715 (03/11/1919), p. 356.

⁵ RIBEIRO, Cláudia Pinto – *Os outros. A Casa Pia de Lisboa como espaço de inclusão da diferença*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009. Dissertação de Doutoramento; RIBEIRO, Cláudia Pinto – Os “maluquinhos” de Arroios... A reeducação dos mutilados da Guerra no Instituto de Arroios (1916/1923). *Revista Portuguesa de História*. XLV (2014), p. 69-94. [Consult. 7 Abr. 2015]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/35358>; RIBEIRO, Cláudia Pinto – Os heróis que a Guerra invalidou... Reeducação do soldado no Instituto de Mutilado de Santa Isabel (1917-1921). *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto. III Série, vol. 9 (2008), p. 315-335. [Consult. 17 Fev. 2018]. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6742.pdf>.

⁶ CORREIA, Sílvia – *Políticas da memória da I Guerra Mundial em Portugal 1918-1933. Entre a experiência e o mito*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010. Dissertação de Doutoramento. [Consult. 17 Fev. 2018]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/5811>.

⁷ Título apropriado de: A favor dos mutilados da guerra. *Ilustração Portuguesa*. N.º 600 (20/08/1917), p. 159.

aos institutos, pois com o seu encerramento, o número de notícias sobre estes reduziu, fazendo evoluir a causa dos mutilados para outras reivindicações, que saem do tema desta análise.

Assim, para este artigo, partimos de um conjunto variado de fontes, nomeadamente periódicos, gerais e específicos, como *A Capital*, *A Medicina Contemporânea*, *O Mutilado: para defesa dos mutilados e estropiados de guerra portugueses* e ainda a *Ilustração Portuguesa*. Analisámos também publicações da Cruzada das Mulheres Portuguesas⁸ como as suas Actas, os seus boletins e outros documentos. Apoiámo-nos ainda pontualmente em documentação proveniente do Arquivo Histórico Militar português (PT AHM).

Começaremos por recapitular de forma breve alguns elementos relativos à criação destes institutos e à sua evolução para melhor compreensão da problemática em análise. De seguida, mostraremos como estes institutos foram dados a conhecer na imprensa da época, primeiro pelos relatos dos médicos e, depois pelos mutilados. Entre as personalidades médicas da época que se pronunciaram sobre o assunto, destacam-se Alfredo Tovar de Lemos⁹, António Aurélio da Costa Ferreira¹⁰ e José Pontes¹¹, sendo dois deles directores dos institutos de reeducação em análise.

⁸ A Cruzada das Mulheres Portuguesas foi criada em Março de 1916 por um grupo de senhoras da alta sociedade com o intuito de prestar auxílio aos militares mobilizados e às respectivas famílias, através de um conjunto de acções de diferentes comissões. CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESAS, COMISSÃO DE PROPAGANDA E ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO – *Relatório e contas apresentadas à Assembleia Geral de 9 de Março de 1917, Gerência de 1916 a 1917*. Lisboa: s/ed., 1917.

⁹ Nascido em 1885, em Lisboa, cursou Medicina na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e Medicina Sanitária no Instituto Central de Higiene, especializando-se em higiene social, doenças venéreas e sífilis. Foi Delegado de Saúde, director do Dispensário dos Sinistrados de Trabalho, director do Instituto de Arroios e professor do curso de enfermeiras de guerra que funcionou naquele estabelecimento. Integrou o Comité Permanente Inter-aliado de Reeducação de Mutilados de Guerra. Tovar de Lemos (Alfredo). In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 32. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s/d, p. 373-374.

¹⁰ Nasceu em 1879, no Funchal, e suicidou-se em 1922, em Lourenço Marques. Licenciado em Filosofia e em Medicina por Coimbra, desempenhou diversos cargos políticos e foi director da Casa Pia. Criou o Instituto Médico-Pedagógico de Santa Isabel e foi vice-presidente do Comité Permanente Inter-aliado de Reeducação de Mutilados de Guerra. Costa Ferreira (António Aurélio da). In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 7. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s/d, p. 899-901.

¹¹ Nascido em 1879, cursou Medicina na Escola Médica de Lisboa (1908). Foi chefe dos serviços de fisioterapia em Santa Isabel, tendo também trabalhado em Arroios. Integrou o Comité Permanente Inter-aliado de Reeducação de Mutilados de Guerra e, à morte de Costa Ferreira, tornou-se vice-presidente. Pontes (José Joaquim Fernandes). In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 22. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s/d, p. 453.

Institutos de reeducação dos mutilados portugueses

O Dr. António Aurélio da Costa Ferreira foi o primeiro a mostrar alguma preocupação com os mutilados portugueses. Aquando do regresso dos primeiros mutilados, o Dr. Costa Ferreira apercebeu-se da urgência e da importância de fazer algo em seu favor para evitar que estes andassem a deambular e a mendigar nas ruas. Assim, desde Abril de 1916, o director da Casa Pia de Lisboa começou a trocar correspondência sobre o assunto e a estabelecer contactos com a Cruzada das Mulheres Portuguesas e com várias entidades estatais. Consequentemente, elaborou um plano para a reabilitação e reeducação dos mutilados, no qual determinou que o Instituto de Santa Isabel, existente desde 1915, seria ideal para a “montagem de uma oficina” para fabricar os aparelhos necessários aos mutilados, destacando a possível colaboração do Professor Fernando Palyart Ferreira. Segundo esse plano ambicioso, o mutilado poderia realizar naquele instituto a sua reeducação física, bem como a sua formação profissional, com o objectivo de exercer uma profissão civil que lhe fosse satisfatória moral e economicamente¹².

Apesar do plano receber o aval do Ministério do Interior em Dezembro de 1916, só cinco meses depois o Ministério da Guerra enviou o subsídio necessário à aquisição de material, permitindo dessa forma a organização e instalação dos serviços para a reeducação dos mutilados. Por conseguinte, a 16 de Novembro de 1917, deram entrada os cinco primeiros soldados vindos de França. Ao mesmo tempo, o Ministério da Guerra reconhecia a utilização dos serviços estabelecidos no Instituto de Santa Isabel somente até à abertura do Instituto de Reeducação de Mutilados da Guerra de Arroios. Consequentemente, em Janeiro de 1918 o Instituto de Santa Isabel ficou confinado à educação moral dos mutilados, ou seja, uma pequena parte do plano inicial do Dr. Costa Ferreira, director deste instituto. Em 1919, na sequência da abertura do Instituto de Arroios, da redução do número de mutilados, dos poucos apoios financeiros e da instabilidade política, o Dr. Costa Ferreira efectuou vários pedidos à Secretaria da Guerra para encerrar o Instituto Médico-Pedagógico de Santa Isabel, pois considerava concluída a sua missão¹³. O encerramento efectivo ocorreu a 31 de Julho de 1919¹⁴.

Já a ideia da fundação do Instituto de Reeducação de Mutilados da Guerra de Arroios partiu da Cruzada das Mulheres Portuguesas, a quem foi cedido o Convento de Arroios (antigo Palácio do Conde de Linhares) em Abril de 1917. Coube à Cruzada, nomeadamente à Comissão Hospitalar, efectuar toda a adaptação do edifício e a instalação dos serviços para a reeducação dos mutilados. Para esta tarefa e para a direcção do instituto, a Cruzada escolheu o Dr. Tovar de Lemos, tendo este revelado alguma surpresa pela preferência e tentado recusar o cargo. Posteriormente, além de se ter documentado sobre o assunto, participou nas Conferências Interligadas para o Estudo da Reeducação Profissional e das Questões relevantes para os Inválidos da Guerra¹⁵.

¹² RIBEIRO, Cláudia Pinto – Os heróis..., p. 317-318.

¹³ RIBEIRO, Cláudia Pinto – Os heróis..., p. 322, p. 324-325, p. 330.

¹⁴ PT AHM/DIV/1/35/1275/07.

¹⁵ LEMOS, Tovar de – *A Reeducação Profissional dos nossos Mutilados da Guerra*. Lisboa: Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1918, p. 5-10.

As obras de adaptação do Instituto de Arroios prolongaram-se, adiando o funcionamento do mesmo. A Cruzada via este instituto como “uma honra” e pretendia que começasse a funcionar a 1 de Janeiro de 1918, contando para tal com o apoio financeiro do Estado Português. Contudo, na sequência da Revolução de 5 de Dezembro de 1917, a Cruzada foi acusada de uso indevido de fundos públicos. Em causa estava o facto da Comissão Hospitalar ter efectuado a adaptação do Hospital de Campolide com fundos estatais obtidos através de um empréstimo obscuro, que deveria ser posteriormente liquidado pelas receitas da Lotaria Patriótica¹⁶. A proximidade entre a Cruzada e os governantes, que inicialmente fora uma vantagem para a instituição, foi quebrada com o 5 de Dezembro, tornando-se esta um alvo fácil para o novo governo¹⁷. Por conseguinte, em Janeiro de 1918, o Ministério da Guerra passou a tutelar vários estabelecimentos hospitalares da Cruzada, inclusive o Instituto de Arroios, até Abril de 1920, quando voltaria às mãos da Cruzada. Consequentemente, apenas em Maio de 1918, os primeiros mutilados começaram a entrar no instituto, sendo este oficialmente inaugurado no mês seguinte¹⁸.

Este instituto deveria dispensar todos os tratamentos necessários, bem como uma reeducação profissional para que os inválidos da guerra conseguissem assim um trabalho e uma fonte de rendimentos, não se sentindo um fardo para a sociedade¹⁹. Segundo Cláudia Pinto Ribeiro, o Instituto de Arroios deveria afirmar-se como “o amadurecimento” do Instituto de Santa Isabel, com funções perenes²⁰. Até Junho de 1920, Arroios terá recebido cerca de 434 mutilados da Primeira Guerra Mundial, segundo uma listagem elaborada pelo próprio Dr. Tovar de Lemos²¹.

Em 1921, uma visita da Junta determinou que o Instituto de Arroios não cumpria a sua missão, dando alta aos mutilados que ali se encontravam²². Nas Actas da Direcção da Cruzada não fica claro o desfecho do instituto. É mencionado que o Ministério da Guerra pretendia novamente arranca-lo à Cruzada, mas que a proposta (que desconhecemos) do Ministério foi retirada. Depreende-se da leitura dessas actas que o assunto era complexo pois a Cruzada aguardava ainda uma resolução e continuava a fazer planos, por exemplo, para uma tipografia para aprendizagem dos mutilados, em Abril de 1922²³. Contudo, este instituto já não teria as mesmas funções, já que a partir de 1921 começou a acolher órfãos

¹⁶ Acta de 13/12/1917. *Livro de Actas da Comissão Central da Cruzada das Mulheres Portuguesas*, f. 26-30. Liga dos Combatentes - Arquivo da Cruzada - Pasta 1.

¹⁷ MOURA, Maria Lúcia de Brito – A Assistência aos combatentes na I Guerra Mundial: um conflito ideológico. *Revista Portuguesa de História*. 38 (2006), p. 41-75.

¹⁸ RIBEIRO, Cláudia Pinto – Os “maluquinhos”..., p. 80-81; CORREIA, Sílvia – *Políticas da memória...*, p. 105-107.

¹⁹ LEMOS, Tovar de – *A Reeducação Profissional...*, p. 5.

²⁰ RIBEIRO, Cláudia Pinto – Os heróis..., p. 316.

²¹ E ainda dezassete militares feridos em Portugal. PT AHM/DIV/1/35/1486.

²² CORREIA, Sílvia – *Políticas da memória...*, p. 107-108.

²³ *Livro de Actas da Direcção da Cruzada das Mulheres Portuguesas*. Liga dos Combatentes - Arquivo da Cruzada - Pasta 2.

de guerra, ao mesmo tempo que “continuam a receber tratamento todos os mutilados de guerra que se apresentem com ordem do ministério”²⁴.

Planos e perspectivas dos médicos

A criação e funcionamento destes dois institutos não foi um processo simples, célere nem linear, apesar da necessidade e do interesse em criar este tipo de instituições para acolher, cuidar e reeducar os mutilados da Primeira Guerra Mundial. Estas duas iniciativas partiram de privados que souberam estabelecer relações com a imprensa, utilizando-a para dar a conhecer as acções dos institutos, para apelar em favor dos mutilados, e também para angariar fundos.

Primeiro, o Dr. Costa Ferreira publicou em Outubro de 1916 um artigo n.º *A Medicina Contemporânea* dando início a toda a questão da reeducação dos mutilados portugueses e apresentando o seu plano para os serviços a desenvolver no Instituto de Santa Isabel. No ano seguinte, o Dr. José Pontes iniciou uma “crónica” no jornal *A Capital* com o intuito de expor a situação e o trabalho desenvolvido em favor dos mutilados. Convém recordar que este foi médico no Instituto de Santa Isabel e director do serviço de fisioterapia do Instituto de Arroios²⁵. Inicialmente, os testemunhos publicados por ambos, bem como pelo Dr. Tovar de Lemos, mostravam uma crença nos planos traçados e um optimismo relativamente aos objectivos propostos. Aliás, Costa Ferreira e José Pontes davam a conhecer casos de rápida recuperação, avaliando de forma positiva a evolução dos mutilados em reeducação nos primeiros momentos de funcionamento do Instituto de Santa Isabel. A principal diferença prende-se na forma como redigiam os seus artigos: Costa Ferreira apresenta um discurso mais técnico enquanto José Pontes tem uma escrita bastante romanceada, como foi salientado por Cláudia Pinto Ribeiro.

Assim, o Dr. José Pontes apresenta um testemunho propagandístico, dando uma visão idílica da evolução dos mutilados e do ambiente positivo dos dois institutos onde trabalhou. Mesmo tendo redigido um maior número de artigos referentes a Santa Isabel, também se referiu a Arroios, mostrando como as dificuldades em adquirir o material necessário levaram ao repetido adiamento da abertura do instituto, que deveria receber cerca de 400 mutilados²⁶. Para este médico, os mutilados estavam conformados com a sua situação e quando tal não sucedia, rapidamente se transformavam durante a permanência no Instituto de Santa Isabel²⁷. Estes mantinham uma relação de “amizade” com o pessoal deste instituto²⁸, num ambiente favorável à rápida recuperação da fala dos soldados gagos

²⁴ CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESAS – *Boletim Mensal* n.º 7. Lisboa: Secretaria da Cruzada, 1921, p. 157.

²⁵ RIBEIRO, Cláudia Pinto – *Os outros...*, p. 308. As crónicas de José Pontes foram posteriormente reunidas e publicadas em livro. PONTES, José – *Mutilados portugueses: narrativas de guerra e estudos de reeducação*. Lisboa: Guimarães e C.ª, 1918.

²⁶ PONTES, José – Mutilados da guerra: O material para o hospital de Arroios. *A Capital*. N.º 2540 (14/09/1917), p. 1.

²⁷ RIBEIRO, Cláudia Pinto – *Os heróis...*, p. 326.

²⁸ RIBEIRO, Cláudia Pinto – *Os outros...*, p. 324.

e adaptação dos mutilados aparelhados. Os exemplos mencionados nos artigos do Dr. José Pontes mostram os bons resultados dos serviços fisioterapêuticos e da assistência carinhosa das enfermeiras²⁹. A “atmosfera familiar e aconchegante”³⁰ que se vivia no Instituto de Santa Isabel contribuía ao bom funcionamento do mesmo, “sem se ter de recorrer a ordens do dia ou instruções especiais”³¹.

Segundo o testemunho do Dr. José Pontes, os mutilados estavam ocupados com constantes actividades. Eram responsáveis por pequenas tarefas de higiene pessoal (fazer a barba) e outras actividades que concorriam para o bom funcionamento do instituto: cozinhar, auxiliar nos serviços de limpeza ou cuidar das salas. Alguns desempenhavam trabalhos agrícolas, enquanto outros construíam objectos para uso do instituto, dando o autor o exemplo dos baús³². Por último, os mutilados participavam em festas ou homenagens e assistiam gratuitamente a espectáculos³³. Por exemplo, na noite de Natal em 1917, foi organizada uma “modesta” festa no Instituto de Santa Isabel, sendo uma surpresa para os mutilados ver as decorações, os doces, o director e até o ecónomo da Casa Pia. A festa incluiu um espectáculo com um “pintor sem mãos” para os divertir e também para os motivar à reeducação ao ver aquele modelo³⁴.

Através dos seus artigos, o Dr. José Pontes deu a conhecer casos de mutilados que regressaram rapidamente às suas casas, como os dois primeiros soldados a saírem de Santa Isabel. Apesar de terem perdido um dedo, não necessitaram de reeducação e após uma curta estadia no instituto, ambos puderam retomar a sua antiga actividade agrícola³⁵. Ainda na “casa milagrosa”, o médico descreveu uma conversa que teve com vários mutilados em tratamento, alguns deles com “a sua situação militar de feridos em campanha” já regularizada. Num ambiente descontraído e amigável, falaram sobre os tratamentos efectuados “que teem [sic] maravilhado pelos resultados obtidos”³⁶.

No seu discurso optimista, o Dr. José Pontes abordou o trabalho desenvolvido nos dois institutos, elogiando as instalações, o pessoal e os esforços levados a cabo por todos a favor dos mutilados. Enquanto em Arroios se preparava um “hospital-escola”, o Instituto de Santa Isabel firmara-se como um “hospital temporário” com “autonomia,

²⁹ PONTES, José – A assistência aos mutilados: como se trabalha em Sta. Izabel e em Arroyos. *A Capital*. Nº 2900 (16/09/1918), p. 1.

³⁰ PONTES, José – Como se tratam os mutilados: tudo... menos regulamento de caserna. *A Capital*. Nº 2649 (07/01/1918), p. 1.

³¹ RIBEIRO, Cláudia Pinto – *Os outros...*, p. 330.

³² PONTES, José – Fazendo a barba, construindo baús: a pré-reeducação dos mutilados. *A Capital*. Nº 2663 (20/12/1917), p. 1; PONTES, José – Penso moral e tratamento apropriado: os nossos primeiros inválidos da guerra. *A Capital*. Nº 2626 (13/12/1917), p. 1.

³³ RIBEIRO, Cláudia Pinto – *Os heróis...*, p. 327-328.

³⁴ PONTES, José – No Instituto de Santa Izabel: o Natal dos mutilados. *A Capital*. Nº 2638 (26/12/1917), p. 1.

³⁵ PONTES, José – Regressando á vida antiga: os mutilados trabalhadores de campo. *A Capital*. Nº 2631 (18/12/1917), p. 1.

³⁶ PONTES, José – O Instituto de Sta Isabel é uma casa milagrosa: Assim o dizem os militares ali internados. *A Capital*. Nº 2676 (04/02/1918), p. 1.

trabalho e organização próprias”, tendo funcionado como um “depósito” bastante completo com “serviços clínicos e serviços de orientação pedagógica”, e posteriormente “uma officina [sic] de prótese cirúrgica”, “um archivo e um laboratório de pesquisas scientificas [sic]”³⁷. O autor elogiou o director Costa Ferreira pois, apesar de conhecer o carácter temporário do Instituto de Santa Isabel, não poupou esforços para que os resultados fossem os melhores. Na mesma notícia, enalteceu o Instituto de Arroios que, segundo o autor, “não tem igual lá fóra [sic]”. José Pontes descreveu como desde Maio de 1918, quando Arroios começou “a funcionar com regularidade”, foram feitos “milhares de tratamentos”, montadas oficinas e laboratórios e construídas pernas e braços artificiais. Segundo os números por ele avançados, entre Maio e Agosto de 1918 ter-se-iam realizado 2.567 tratamentos de massagem, 756 de mecanoterapia, 961 de electroterapia, 722 de termoterapia, 87 de hidroterapia, 734 tratamentos cirúrgicos, 797 horas de frequência nas aulas de instrução primária, 1.587 horas de trabalhos no campo e, no mês de Agosto, 656 horas de trabalho nas oficinas de sapateiro, 194 na oficina de serralheiro e 61 horas de frequência do curso comercial³⁸. Perante estes números tornava-se difícil não reconhecer mérito a esta obra.

No entanto, enquanto o entusiasmo e o optimismo do Dr. José Pontes nunca vacilaram, o mesmo não se passou com o Dr. Costa Ferreira. Como mencionado anteriormente, o discurso deste foi mais técnico e menos romanceado do que o de José Pontes, reflectindo um público alvo diferente. A título de exemplo, Costa Ferreira publicou n’ *A Medicina Contemporânea* uma série de cinco artigos relativos aos problemas da reeducação profissional, onde o director de Santa Isabel deu também a conhecer casos de recuperação espantosa, explicando e analisando a sua evolução, como o de um soldado gago que recuperou a fala e voltou ao trabalho³⁹ ou o de um soldado amputado da mão direita que depois de operado conseguiu aprender a escrever com o coto⁴⁰. O Dr. Costa Ferreira descreveu ainda o caso de um outro amputado da mão que se encontrava deprimido ao chegar a Santa Isabel, dizendo que preferia ter morrido. E explicou pormenorizadamente como lhe foi feita, por medida, uma “luva de trabalho” para que o soldado voltasse a trabalhar no campo⁴¹. Como director de Santa Isabel, escreveu também sobre o funcionamento deste instituto, cuja existência era justificada pela impreparação de Arroios. Segundo ele, Santa Isabel tinha um “regime sui generis”, onde os mutilados deveriam permanecer um curto espaço de tempo, no qual trabalhavam e tinham aulas, de

³⁷ PONTES, José – A assistência aos mutilados..., p. 1.

³⁸ PONTES, José – A assistência aos mutilados..., p. 1.

³⁹ FERREIRA, Aurélio da Costa – Problemas de reeducação profissional: II - Insuficiência mental, gaguês e falso audimutismo. *A Medicina Contemporânea*. Ano XXXVI, N° 10 (10/03/1918), p. 73-74.

⁴⁰ FERREIRA, Aurélio da Costa – Problemas de reeducação profissional: V - A educação da mão esquerda. *A Medicina Contemporânea*. Ano XXXVI, N° 32 (11/08/1918), p. 249-250.

⁴¹ FERREIRA, Aurélio da Costa – Problemas de reeducação profissional: I - A primeira mão de trabalho. *A Medicina Contemporânea*. Ano XXXVI, N° 5 (03/02/1918), p. 33-34.

preferência com exercícios práticos⁴². O Dr. Costa Ferreira, como o fazia em várias ocasiões o Dr. José Pontes, exprimiu-se também a favor da obtenção de pensões para os mutilados que não poderiam voltar às suas ocupações anteriores à guerra e sobre o papel do Estado no auxílio financeiro aos familiares dos veteranos mutilados⁴³.

Tal como o Dr. José Pontes, numa tentativa de promover a causa dos mutilados e de angariar o maior financiamento possível para o instituto, o Dr. Costa Ferreira publicou vários artigos e lançou apelos em favor dos mutilados n’*A Capital* e n’*O Século*⁴⁴. Contudo, o entusiasmo inicial de Costa Ferreira em torno dos mutilados daria lugar ao desapontamento e à resignação, sobretudo após a abertura de Arroios. Quando convidado pel’*A Capital* a comentar o encerramento do Instituto de Santa Isabel respondeu: “Fecha-se, porquê? (...). Porque terminou a sua missão (...) que era a de receber todos os mutilados da guerra e selecciona-los, dando-lhes o destino que mais convinha”. Segundo o director, “sendo a obra dos mutilados uma obra de guerra, com a guerra devia acabar”, acrescentando que daquele instituto “sahiram os principaes [sic] projectos de lei, adoptados pelo governo para regular a protecção oficial aos mutilados”. Assim, elogiou os seus colaboradores e falou dos importantes donativos recebidos que, como foram apenas parcialmente utilizados, pensava entregar a parte restante ao Instituto de Arroios. Terminava dizendo: “Fiz o que pude e tudo, como sempre, no melhor desejo de acertar e de cumprir a missão de bem a que o destino me votou”⁴⁵.

Segundo Cláudia Pinto Ribeiro, os problemas de saúde do director e o desgaste causado pelas “contrariedades que teve de enfrentar” contribuíram para o final da missão⁴⁶. O seu projecto ambicioso teve de fazer face à ausência de estruturas para acolher os mutilados, à conturbada situação política e às dificuldades económicas que o país enfrentava, que se traduziam por exemplo no constante atraso dos subsídios. Por outro lado, com o decréscimo no número de mutilados que regressavam das frentes de batalha, não se justificava manter em funcionamento dois institutos, quando o de Arroios deveria garantir por si só os serviços de reeducação.

Após o encerramento do Instituto de Santa Isabel e, em resposta a diversas críticas que se seguiram, o Dr. Costa Ferreira publicou uma série de artigos n’*A Capital* em 1922, com o intuito de fazer um balanço do que foi a sua obra em prol dos mutilados. O director

⁴² FERREIRA, Aurélio da Costa – Problemas de reeducação profissional: IV - Preparando a adaptação. *A Medicina Contemporânea*. Ano XXXVI, N° 26 (30/06/1918), p. 201-202.

⁴³ FERREIRA, Aurélio da Costa – Problemas de reeducação profissional: III - Reeducação e pensões. *A Medicina Contemporânea*. Ano XXXVI, N° 16 (21/04/1918), p. 124-125.

⁴⁴ Em 1917, uma lição de Costa Ferreira dispensada ao curso de enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas foi integralmente publicada n’*A Capital*. FERREIRA, Aurélio da Costa – A psychologia do mutilado e a sua reeducação profissional. *A Capital*. N° 2560 (04/10/1917), p. 1, N° 2561 (06/10/1917), p. 1, N° 2562 (07/10/1917), p. 1; RIBEIRO, Cláudia Pinto – *Os outros...*, p. 338.

⁴⁵ Mutilados da guerra: A obra do Instituto de Santa Izabel, Serviços prestados durante o tempo em que funcionou, Não se gastou um terço do que ali foi recebido. *A Capital*. N° 3189 (09/08/1919), p. 1.

⁴⁶ RIBEIRO, Cláudia Pinto – *Os outros...*, p. 318.

de Santa Isabel acabou por reconhecer que os resultados ficaram aquém das expectativas, em parte devido aos próprios mutilados que permaneceram analfabetos e sem qualquer motivação para alterar a sua situação⁴⁷. Para ele não seria “difícil provar que alguma coisa se fez e que as imperfeições da nossa obra – que as tem – não são maiores do que de outros países”⁴⁸ com maiores possibilidades e numerosos serviços.

O Dr. Tovar de Lemos, director do Instituto de Arroios, teve um discurso de certa forma semelhante. Apesar de ter estado menos presente nos periódicos da época, publicou com o apoio da Cruzada das Mulheres Portuguesas o seu ponto de vista sobre a reeducação dos mutilados portugueses em várias ocasiões. Numa conferência que teve lugar em Dezembro de 1919, o Dr. Tovar de Lemos afirmou que a obra em favor dos mutilados era “inteiramente nova em Portugal” e seguiu o que foi feito nas nações aliadas⁴⁹. Como a reeducação profissional era uma novidade no país, nunca foi devidamente compreendida, o que segundo ele levou a determinadas críticas aos institutos, referindo-se nomeadamente à Junta que considerou que o Instituto de Arroios falhou como estabelecimento de reeducação⁵⁰.

O director de Arroios considerava que, graças aos esforços enveredados pelo Dr. José Pontes, a situação miserável dos mutilados portugueses mudara, pois mostrara como algo estava a ser feito por eles e conseguira que se sentissem “acarinhadados, protegidos, honrados”⁵¹. Segundo a visão bastante positiva do Dr. Tovar de Lemos, houve um forte esforço em favor dos mutilados enquanto os tuberculosos, gazeados, impaludados e loucos permaneceram sem qualquer tipo de assistência e sem reclamarem pela situação⁵². Para reforçar esta sua visão, mencionou que entre Maio de 1918 e Dezembro de 1919 foram efectuados em Arroios 43.813 tratamentos de reeducação física, dos quais 67,7% foram dados como curados e apenas 5,9% se mantiveram no mesmo estado, e ainda 59.015 horas de aulas e trabalho de reeducação profissional⁵³.

O Dr. Tovar de Lemos apontou para uma taxa de sucesso de 22,8% relativa à reeducação profissional no Instituto de Arroios, vendo-a como positiva e semelhante à das outras nações. Acrescentou ainda que a taxa não foi superior devido a vários factores, nomeadamente ao carácter não obrigatório da reeducação profissional, ao elevado número de mutilados analfabetos desinteressados por aprender a ler e a escrever, à lei que permitia

⁴⁷ RIBEIRO, Cláudia Pinto – *Os outros...*, p. 343-345.

⁴⁸ RIBEIRO, Cláudia Pinto – *Os outros...*, p. 346.

⁴⁹ CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESA, INSTITUTO DE ARROIOS – *Terminada a Guerra, a obra de reeducação dos mutilados da guerra. Sua integração na vida social (resultados obtidos. O que é preciso fazer)*. Lisboa: A Americana, 1920, p. 12.

⁵⁰ CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESAS – *Instituto de Arroios, Mutilados de Guerra, Relatório da 3ª Secção (reeducação profissional)*. Lisboa: Tip. Lusitania, 1921, p. 5-6.

⁵¹ CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESA, INSTITUTO DE ARROIOS – *Terminada a Guerra...*, p. 15.

⁵² CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESAS – *Instituto de Arroios...*, p. 40; CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESA, INSTITUTO DE ARROIOS – *Terminada a Guerra...*, p. 20.

⁵³ CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESA, INSTITUTO DE ARROIOS – *Terminada a Guerra...*, p. 22.

aos mutilados aceder à função pública mesmo sem passarem pela reeducação e o facto da reeducação ser ilimitada no tempo com pagamento da subvenção de campanha. Para o Dr. Tovar de Lemos, a obra de Arroios não falhou pois “só não aproveitou da reeducação quem não quis”; os que aproveitaram conseguiram empregos com bons salários. Assim, este não hesitou em criticar alguns mutilados que, segundo ele, quiseram tirar partido da situação, permanecendo no instituto quando concluída a reabilitação ou não querendo reeducar-se para receber uma pensão de invalidez ou obter um emprego na função pública⁵⁴. Os mutilados, por sua vez, não ficaram indiferentes a este ponto de vista, opondo-se ao Dr. Tovar de Lemos.

Em 1918, este terá ainda denunciado n’*O Século* a inexistência de aparelhos adequados para os mutilados e uma incompleta reeducação no Instituto de Santa Isabel. Segundo o director de Arroios, muitos dos mutilados de Santa Isabel teriam ido para suas casas sem a recuperação devidamente concluída. No mesmo jornal, o Dr. Costa Ferreira respondeu às acusações do Dr. Tovar de Lemos, argumentando que os mutilados podiam gozar licenças (traçadas no programa inicial de reeducação), que serviam para os motivar nos tratamentos e contribuíam para o aumento da sua autonomia⁵⁵. Este episódio deixa supor que as relações entre os dois directores nem sempre terão sido as melhores, face à causa dos mutilados. Estes últimos tinham também uma opinião muito própria perante toda a situação, e chegaram a editar os seus próprios periódicos para ali apresentarem o seu ponto de vista⁵⁶.

Críticas e perspectivas dos mutilados

Para a análise do ponto de vista dos mutilados sobre a sua situação e a dos institutos de reeducação, seleccionámos o jornal *O Mutilado: para defesa dos mutilados e estropiados de guerra portugueses*. A escolha recaiu sobre este periódico por ser específico à causa dos mutilados e, neste âmbito, ser o que mais se aproxima em termos cronológicos do funcionamento dos institutos de reeducação.

O Mutilado foi publicado entre Julho de 1920 e Abril de 1921 com 14 números⁵⁷, dirigido por Alberto Baptista Álvares⁵⁸ e editado por António Augusto Barnabé⁵⁹ através

⁵⁴ CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESA, INSTITUTO DE ARROIOS – *Terminada a Guerra...*, p. 8-39.

⁵⁵ RIBEIRO, Cláudia Pinto – *Os outros...*, p. 339.

⁵⁶ Destaca-se *O Mutilado* [1920-1921], *O Mutilado da Guerra* [1925-1929] e outros que se ligaram à causa dos mutilados como *Vítimas da guerra “...e cuidar dos vivos”* [1930-1943], *A Guerra: revista* [1926-1931], *A Voz dos Combatentes* [1928-1934].

⁵⁷ Foram consultados nove números por não terem sido encontrados os restantes exemplares.

⁵⁸ Alberto Baptista Álvares, 2º sargento reformado, estropiado da perna direita, esteve na Flandres entre Agosto de 1917 e Setembro do ano seguinte. Foi ferido em Fevereiro de 1918 e passou pela Ambulância nº 1 e pelo Hospital de Sangue nº 1, entre outros, tendo sido considerado “incapaz do serviço activo”. PT AHM/DIV/1/35A/2/30/26211; *O Mutilado*. Nº 14 (09/04/1921), p. 8.

⁵⁹ António Augusto Barnabé partiu como 1º cabo condutor para a Flandres em Março de 1917 e regressou como 2º sargento em Julho de 1918. Ferido na Batalha de La Lys, foi-lhe amputado o braço direito no Hospital da Base nº 1, tendo sido julgado incapaz do serviço no CEP. Foi ainda

de um financiamento proveniente da publicidade e de assinaturas. Infelizmente, desconhecemos a tiragem deste jornal, a receptividade que teve por parte do público, ou ainda os motivos que levaram à cessação da sua publicação. Convém ainda referir que boa parte dos artigos não eram assinados ou eram-no por alcunhas como “Riso Amarelo” ou “Leal Amigo”. Contudo, apesar desta situação supomos que os redactores seriam mutilados da Primeira Guerra Mundial.

Neste jornal foi traçada uma imagem dos mutilados e criticada a situação à qual foram condenados. Inicialmente “tudo parecia que se conjugava em preparar o futuro daqueles que pela Patria [sic] amada se tinham tornado inúteis”, pois no regresso a Portugal, foram recebidos de forma “algo carinhosa”. Já no Instituto de Santa Isabel, tinham direito a “um banho, roupa lavada, uma refeição” para os reanimar, seguindo-se depois todo um conjunto de festas, louvores oficiais, subscrições em favor dos mutilados, etc. Contudo, segundo o autor do artigo, progressivamente a situação foi-se deteriorando e os mutilados caíram no esquecimento. Assim, são mencionados alguns exemplos de veteranos que se sentiam um peso para a família, como o cego Perim, contrapondo com os relatos positivos dos médicos. A situação dos mutilados portugueses é ainda comparada com a dos franceses, vista como exemplar, pois a França tratara dos seus mutilados e mortos, salientando as instalações “sumptuosas” criadas para receber os mutilados. No caso português, os redactores acrescentam que, em 1920, alguns mutilados faleceram depois de “atirados para as terras da sua naturalidade com a reforma de \$35 centavos diários”, demonstrando como os institutos não cumpriram a sua missão de reeducação, especialmente o de Arroios que deveria ter funcionado de forma permanente⁶⁰. Os médicos Tovar de Lemos, José Pontes e Costa Ferreira eram apontados como culpados da situação dos mutilados que se arrastavam pelas ruas “como um farrapo” pois apesar de dotados de “poderes latos, autónomos, providos dos recursos do Estado, para fazerem uma obra útil, apenas trataram fazer, o que se sabe... nada”⁶¹.

Além disso, os redactores do jornal apresentam os mutilados como “pobres”, “humildes” que pouco têm além das “cicatrices gloriosas”. “Não teem fortuna. Não teem influencia politica. Teem [sic] apenas algumas medalhas a esmaltar-lhes os peitos de portugueses liais [sic]”⁶². Desta forma, n’*O Mutilado* procuraram desmentir a imagem que se espalhava pelo país dos mutilados serem “seres insaciáveis”, argumentando que exigiam e reclamavam o mínimo possível, isto é, “uma protecção efectiva e eficaz da Nação”⁶³. Os mutilados sentiam-se desgostosos pela forma como eram vistos pela sociedade quando ouviam na rua “coitadinhos ali vão os aleijados da guerra” e pela indiferença com que eram tratados. Apesar do número exacto de mutilados ser desconhecido, mencionam cerca de 600 homens, a grande maioria soldados, caídos no esquecimento, “que se arrastam como

louvado e condecorado com a Cruz de Guerra. PT AHM/DIV/1/35A/2/06/04622; Album dos Mutilados. *O Mutilado*. Nº 10 (04/01/1921), p. 1.

⁶⁰ Honrai a Patria que a Patria vos contempla. *O Mutilado*. Nº 11 (30/01/1921), p. 1.

⁶¹ Para a História do Diário de Notícias de 17 de Dezembro. *O Mutilado*. Nº 10 (04/01/1921), p. 2.

⁶² O nosso jornal. *O Mutilado*. Nº 1 (30/07/1920), p. 1.

⁶³ A razão porque falamos! *O Mutilado*. Nº 5 (01/10/1920), p. 1.

mendigos pelas ruas do Paiz [sic]”. Pediam “uma protecção eficaz” para salvaguardar o futuro deste número reduzido de homens, insistindo que Arroios e a ajuda material do Estado eram insuficientes e acrescentando: “É preciso que se dê o exemplo ás gerações que se sucedem na previsão de futuros acontecimentos, fazendo vêr que a Patria [sic] vela por todos quantos por Ela se inutilisaram [sic]”⁶⁴.

Também neste periódico foram tecidas inúmeras críticas, especialmente ao Instituto de Arroios, em cerca de 40 artigos contabilizados. Um dos aspectos sobre o qual recaiu a crítica feroz d’O *Mutilado* foi o pessoal deste instituto, nomeadamente a falta de profissionalismo de alguns funcionários e a pouca transparência na selecção e contratação dos mesmos. Neste contexto, o Dr. Tovar de Lemos foi o principal alvo, que “criminosamente diz não ser responsável pelas reclamações dos mutilados”⁶⁵ sobre colocações, pensões, etc. e por ter “alcanhado” os mutilados “de agantanhá [sic] e morder”⁶⁶. Noutros artigos, mencionam-se os boatos de que o Dr. Tovar de Lemos pretendia “fixar residência”⁶⁷ num dos pavilhões do instituto e apresenta-se como uma ilegalidade a sua permanência na direcção quando a Cruzada das Mulheres Portuguesas recuperou Arroios em 1920⁶⁸. Por último, numa carta enviada ao *Diário de Notícias*, em Novembro de 1920, sobre a demissão do Dr. Tovar de Lemos, o editor d’O *Mutilado* explica que “a justa campanha a desfavor” daquele director é levada a cabo por “quasi [sic] todos aqueles que no fim de dois anos de permanencia [sic] no Instituto se vêm [sic] sem estar aparelhados ou com as desejadas melhoras”⁶⁹.

Mas as críticas não recaíram apenas sobre o Dr. Tovar de Lemos, afectando outros funcionários e igualmente o Dr. José Pontes, apesar de este ter sido frequentemente considerado como o maior defensor dos mutilados⁷⁰. N’O *Mutilado* estranhava-se a permanência dos livros de registo das entradas do Instituto de Santa Isabel na residência deste médico apesar deste já não frequentar nenhum dos institutos⁷¹. Já o alferes José Bernardo era acusado de permanecer no cargo de secretário do Instituto de Arroios ilegalmente, pois somente “o pessoal menor dos serviços de saúde do exercito – sargentos e praças” podiam fazê-lo⁷². No entanto, as suspeitas seriam infundadas pois o próprio alferes declarava ter abandonado a secretaria⁷³. Quanto ao “Sr. Garcia”, cozinheiro de Arroios, era criticado pelas péssimas condições em que o rancho chegava aos mutilados⁷⁴.

⁶⁴ Mutilados! *O Mutilado*. Nº 14 (09/04/1921), p. 1-2.

⁶⁵ Transcrições. *O Mutilado*. Nº 2 (10/08/1920), p. 3.

⁶⁶ A protecção aos Mutilados. *O Mutilado*. Nº 12 (19/02/1921), p. 1.

⁶⁷ Diz-se. *O Mutilado*. Nº 1 (30/07/1920), p. 1.

⁶⁸ Pergunta-se. *O Mutilado*. Nº 1 (30/07/1920), p. 2.

⁶⁹ Registando. *O Mutilado*. Nº 10 (04/01/1921), p. 3.

⁷⁰ A. DE A. – Os mutilados portugueses. *Ilustração Portuguesa*. Nº 651 (12/08/1918), p. 126; RIBEIRO, Cláudia Pinto – Os “maluquinhos”..., p. 92.

⁷¹ Perguntamos. *O Mutilado*. Nº 11 (30/01/1921), p. 2; Perguntamos. *O Mutilado*. Nº 12 (19/02/1921), p. 3.

⁷² Pergunta-se. *O Mutilado*. Nº 2 (10/08/1920), p. 2.

⁷³ Entrevista. *O Mutilado*. Nº 6 (17/10/1920), p. 3.

⁷⁴ Diz-se... *O Mutilado*. Nº 6 (17/10/1920), p. 3.

A enfermeira-chefe deste instituto, D. Henriqueta Madureira, foi igualmente visada pelos redactores d’O *Mutilado*, recordando um episódio entre ela e o sargento António J. Ferreira. Esta mostrou-se surpreendida pela permanência do sargento em Arroios, acrescentando que este já deveria ter tido alta há mais de um ano. Na notícia lamenta-se tal comentário e afirma-se que já noutras ocasiões a enfermeira-chefe tinha criado “uma atmosfera desfavorável para alguns pobres mutilados”, numa situação contrária à descrita pelos médicos. É ainda acrescentado que quem deveria sair do instituto era a enfermeira-chefe porque estava apta a “exercer as funções domésticas atribuídas á mulher”⁷⁵. Por último, segundo este periódico, parte do pessoal contratado para o Instituto de Arroios era dispensável, pois algumas das tarefas por ele desempenhadas poderiam ser efectuadas pelos mutilados em tratamento, com vantagem para a sua reeducação⁷⁶.

A organização e a administração do Instituto de Arroios foram igualmente criticadas n’O *Mutilado*. Segundo este jornal, duas fases marcaram o Instituto de Arroios: uma primeira, sob a administração do Dr. Tovar de Lemos, o “*grand seigneur*”, em que “as prepotências, as injustiças, as deshumanidades [*sic*], a incompetência, as irregularidades eram compensadas apenas por uma dúzia de gestos de bondade, hypocrita [*sic*] e meditada para colher efeito” e, uma segunda, “com a fixação de funções pelo Ministério da Guerra”⁷⁷. Os mutilados estavam assim esperançosos que nesta segunda fase a situação fosse alterada em seu favor, o que acabou por não se concretizar.

A opinião do jornal sobre a reeducação levada a cabo em Arroios era clara e transmitida de forma irónica ao leitor, como na rubrica assinada por “Riso amarelo”, onde uma sessão da Junta é encenada de forma caricatural. Nessa sessão fictícia, quando o médico pergunta: “Então está aqui ha [*sic*] dois anos a fazer o quê?”, obtém como resposta: “Esperando que me aparelhem (...) que me reeduquem (...) que me coloquem”. Quando de seguida o médico procura saber o que lhe têm feito em Arroios, o mutilado afirma “Nada! deram-me este canhoto, e puzeram-me a andar n’elle [*sic*]”⁷⁸.

Num outro artigo, os redactores resumem a existência do Instituto de Arroios. Primeiro, reconhecem que a sua fundação partiu de uma ideia “humanitária e patriótica”, em que o Estado colaborou com todos os recursos necessários e onde nada faltou para ser um sucesso. Porém, “uma nuvem negra escureceu o horisonte [*sic*]”, revelando-se uma obra inútil. Denunciam as consequências “desastrosas” a nível administrativo, a falta de assistência dos clínicos na parte técnica, a ausência de profissionais dos diferentes sectores de actividade na reeducação, os exemplos nocivos apresentados na parte moral ou a longa espera por um aparelho definitivo⁷⁹.

Perante esta situação, denunciam também o ‘ping-pong’ entre os mutilados e os responsáveis do Instituto de Arroios numa tentativa de apurar os verdadeiros culpados

⁷⁵ Uma enfermeira. O *Mutilado*. N° 12 (19/02/1921), p. 2.

⁷⁶ Pergunta-se..., p. 2.

⁷⁷ O Instituto por dentro e por fora. O *Mutilado*. N° 2 (10/08/1920), p. 2.

⁷⁸ RISO AMARELO – Em fóco! O *Mutilado*. N° 10 (04/01/1921), p. 2.

⁷⁹ O Instituto para reeducação dos mutilados da guerra. O *Mutilado*. N° 14 (09/04/1921), p. 6.

pelo seu insucesso⁸⁰. Para *O Mutilado*, em Portugal, apenas se pensava em “apontar a rua... quanto antes aos mutilados” para não se manterem no “«front de Arroios» eternamente”⁸¹. Uma vez mais, estas ideias opõem-se às dos médicos, nomeadamente do Dr. Tovar de Lemos, que condenava os mutilados por quererem permanecer no instituto além do tempo necessário à sua reeducação, como mencionado anteriormente.

Outro aspecto largamente comentado, ainda relacionado com a má administração de Arroios, foi a fraca qualidade e pouca quantidade das refeições servidas aos mutilados, sendo o cozinheiro criticado, como já foi referido. “Leal amigo” desencoraja a ingerir os ovos e o leite que eram servidos em Arroios, acrescentando que se deveria fiscalizar os géneros alimentares e conhecer a preparação das refeições⁸². Noutro artigo, é criticada a falta de carne no menu de terça-feira de Carnaval⁸³ e depois colocada a questão “as refeições devem ser de forma a que se fique satisfeito?”⁸⁴, deixando pressupor que a quantidade ficava a quem do desejado.

Um outro episódio, apresentado pelo sargento Agostinho Louceiro, revela uma vez mais as “violências, arbitrariedades e deshumanidades [sic]” cometidas no Instituto de Arroios. Este sargento conta como esperou quatro dias por um clínico e que, apesar do seu estado febril requerer alimentação especial, apenas lhe puderam dar grão e massa e não caldos de galinha. Segundo o próprio, gastavam-se

centenas de escudos na construção de capoeiras, para serem apeadas, e em outras despesas [sic] tão supérfluas como inúteis, tive que comprar do meu bolso para não agravar mais o meu estado, uma galinha, e pedir que por esmola me fizessem os caldos na cosinha [sic] do Instituto⁸⁵.

Este relato revela a falta de alimentação adequada aos mutilados doentes, a indiferença dos médicos e a incapacidade destes em procurar solucionar a situação e ainda o investimento desadequado do capital angariado em favor dos mutilados.

Os redactores d’*O Mutilado* dedicaram também alguma atenção à Cruzada das Mulheres Portuguesas, considerando que contribuíam para desfavorecer a situação dos mutilados, e tendo como principal preocupação garantir que não existiria qualquer dívida para com esta organização. A Cruzada era assim acusada de ser responsável pelo “estendal de misérias e sofrimentos de abandono e de vilipendio, com que temos sido tratados por alguns dos seus representantes”. Além disso, a administração do Instituto de Arroios pela Cruzada seria sinónimo da “anarquia e a indisciplina” justificando com “O pagode civil que ali se alberga, a desordem nas ordens, o pandemonium [sic] dos serviços”⁸⁶. Assim, a

⁸⁰ Ecos. *O Mutilado*. Nº 6 (17/10/1920), p. 2.

⁸¹ Em fóco! *O Mutilado*. Nº 5 (01/10/1920), p. 2.

⁸² LEAL AMIGO – Conselhos. *O Mutilado*. Nº 10 (04/01/1921), p. 2; LEAL AMIGO – Conselhos. *O Mutilado*. Nº 11 (30/01/1921), p. 3.

⁸³ Registando. *O Mutilado*. Nº 12 (19/02/1921), p. 2.

⁸⁴ Uma explicação. *O Mutilado*. Nº 12 (19/02/1921), p. 3.

⁸⁵ Transcrições. *O Mutilado*. Nº 10 (04/01/1921), p. 2.

⁸⁶ A acção da Cruzada das Mulheres Portuguesas junto dos Mutilados da Guerra. *O Mutilado*. Nº 12 (19/02/1921), p. 1.

Cruzada era culpada pelos vários problemas que afectavam Arroios como a falta de cuidados higiénicos, os desastrosos resultados na alfabetização dos mutilados, o fraco acompanhamento dos mesmos devido à ausência de médicos, a péssima alimentação, entre outros⁸⁷. Em tom irónico, como era característico deste periódico, era também criticada a forma como a Cruzada realizava a estatística e montava os processos para obter pensões complementares para os mutilados⁸⁸. Por último, noutra artigo é questionado onde estava regulamentado que a nova autoridade da Cruzada, dita “do sexo frágil”, podia dar ordens pois “manda publicar, ameaça e exorta”, demonstrando o descontentamento face à intervenção desta organização nos assuntos do instituto⁸⁹.

O jornal *O Mutilado* desaprova também a utilização de fundos e donativos em favor dos mutilados, sendo o único assunto em que o Instituto Médico-Pedagógico de Santa Isabel e a direcção do Dr. Costa Ferreira foram criticados quase tão ferozmente como o Instituto de Arroios. É feita uma comparação das contas dos donativos recebidos pelo Instituto de Santa Isabel segundo o que o Dr. Costa Ferreira publicou n’*A Capital* e os dados que dispunham, salientando as diferenças nos números⁹⁰. Acusam assim este instituto de ter feito “extravios e desperdícios” com os donativos destinados aos mutilados, demonstrando “a incúria e desleixo que houve neste como em quasi [*sic*] todos os assuntos respeitantes a mutilados”⁹¹. Quanto ao Instituto de Arroios, havia rumores de que parte dos fundos serviam para firmas privadas, do não pagamento de géneros, do desvio de alimentos e de corrupção nos serviços administrativos. Mas este assunto não chegou a ser aprofundado pel’*O Mutilado* por estar a decorrer um inquérito⁹². Para evitar a má gestão e corrupção, era sugerido que os donativos fossem depositados num “Fundo dos Mutilados de Guerra” que ficaria sob a tutela do Ministério da Guerra e da Associação dos Mutilados⁹³, o que nunca chegou a acontecer.

De certa forma, as críticas apontadas aos institutos pelos mutilados acabaram por ser semelhantes às tecidas pelos próprios dirigentes políticos, por exemplo o desperdício de dinheiro ou os lentos e fracos tratamentos⁹⁴. Com o encerramento dos dois institutos que deveriam receber os mutilados da Grande Guerra, estes passaram a escrever sobre outros temas, fazendo evoluir a causa em favor dos mutilados. A partir de meados dos anos 20, assistiu-se progressivamente à mobilização dos mutilados juntamente com os inválidos da Primeira Guerra Mundial. Estes passaram a exprimir-se em favor da aplicação de uma legislação mais abrangente e apelavam à justiça, apresentando casos de incumprimento da lei, de processos morosos e complexos de juntas de invalidez, entre outros. Neste sentido, comparavam constantemente o caso português com os outros

⁸⁷ Ainda a acção da Cruzada das Mulheres Portuguezas junto dos Mutilados da Guerra. *O Mutilado*. Nº 13 (20/03/1921), p. 1.

⁸⁸ RISO AMARELO – Em fóco! *O Mutilado*. Nº 11 (30/01/1921), p. 2.

⁸⁹ ITSOC – Pergunta innocente. *O Mutilado*. Nº 10 (04/01/1921), p. 3.

⁹⁰ Fundos... IV. *O Mutilado*. Nº 5 (01/10/1920), p. 2.

⁹¹ Fundos... V. *O Mutilado*. Nº 6 (17/10/1920), p. 2.

⁹² Diz-se... *O Mutilado*. Nº 2 (10/08/1920), p. 3; Fundos... *O Mutilado*. Nº 14 (09/04/1921), p. 6.

⁹³ V – Às pessoas de bem! III. *O Mutilado*. Nº 5 (01/10/1920), p. 1.

⁹⁴ RIBEIRO, Cláudia Pinto – Os “maluquinhos”..., p. 89-92.

países beligerantes, pretendendo assim salientar o que ali se fazia de positivo em favor dos mutilados e inválidos da guerra⁹⁵.

Conclusão

Partindo das fontes consultadas apercebemo-nos como a criação do Instituto Médico-Pedagógico de Santa Isabel e do Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra de Arroios se revelou de carácter único e temporário, apesar de se ter idealizado uma obra a longo prazo, pelo menos para Arroios. Estes institutos demoraram a ser implementados, numa missão inovadora tanto em Portugal como na Europa, e de certa forma experimental, o que justifica algumas das críticas apresentadas. Por outro lado, a existência destes institutos é também o reflexo do período conturbado e específico na História de Portugal, nomeadamente no pós-guerra.

Como vimos, inicialmente os discursos dos médicos eram bastante positivos, demonstrando um enorme entusiasmo perante os institutos de reeducação dos mutilados. No entanto, enquanto o Dr. José Pontes se manteve optimista em relação aos institutos e à causa dos mutilados, os directores Costa Ferreira e Tovar de Lemos acabaram por revelar algum desapontamento aquando do balanço final da reeducação efectuada. Esta mudança ficou talvez a dever-se às responsabilidades acrescidas dos directores. Assim, os resultados obtidos ficaram aquém das suas expectativas, mas estes achavam que os mutilados tinham uma quota-parte de responsabilidade. Contudo, ambos acreditavam que fizeram o melhor possível e que graças ao trabalho realizado se conseguira fazer algo em favor dos mutilados, tal como noutros países.

Quanto aos próprios mutilados, estes exprimiram-se mais tardiamente, quando se começaram a sentir abandonados pelos médicos, pelo Estado e pela sociedade em geral. Assim, viam-se como vítimas de toda a situação, numa descrição diferente da transmitida pelos directores dos institutos. Através da análise efectuada, constatámos que os mutilados teceram inúmeras críticas, escolhendo como principal alvo o Instituto de Arroios, nomeadamente a sua organização e administração, bem como o seu pessoal, em particular o Dr. Tovar de Lemos. A Cruzada das Mulheres Portuguezas foi também apontada como responsável pela péssima situação do Instituto de Arroios, bem como dos mutilados em geral. Por último, o uso indevido de fundos e donativos foi também identificado como uma das razões para o insucesso dos institutos de reeducação. Na sua crítica acutilante, os mutilados chegaram mesmo a afirmar que, dos que estiveram em tratamento no Instituto de Arroios, nenhum saíra capaz de desempenhar a profissão para a qual deveria ter sido reeducado.

Referências

A acção da Cruzada das Mulheres Portuguezas junto dos Mutilados da Guerra. *O Mutilado*. N° 12 (19/02/1921), p. 1.

⁹⁵ Veja-se, por exemplo, *A Guerra: revista* ou *Vítimas da guerra* “...e cuidar dos vivos”.

- A favor dos mutilados da guerra. *Ilustração Portuguesa*. Nº 600 (20/08/1917), p. 159.
- A protecção aos Mutilados. *O Mutilado*. Nº 12 (19/02/1921), p. 1.
- A razão porque falamos! *O Mutilado*. Nº 5 (01/10/1920), p. 1.
- A visita do Snr Norton de Matos: no Instituto Militar de Arroios. *Ilustração Portuguesa*. Nº 715 (03/11/1919), p. 356.
- A. DE A. – Os mutilados portugueses. *Ilustração Portuguesa*. Nº 651 (12/08/1918), p. 126.
- Ainda a acção da Cruzada das Mulheres Portuguezas junto dos Mutilados da Guerra. *O Mutilado*. Nº 13 (20/03/1921), p. 1.
- Album dos Mutilados. *O Mutilado*. Nº 10 (04/01/1921), p. 1.
- CORREIA, Sílvia – *Políticas da memória da I Guerra Mundial em Portugal 1918-1933. Entre a experiência e o mito*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010. Dissertação de Doutoramento. [Consult. 17 Fev. 2018]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/5811>.
- Costa Ferreira (António Aurélio da). In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 7. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s/d, p. 899-901.
- CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESAS, COMISSÃO DE PROPAGANDA E ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO – *Relatório e contas apresentadas à Assembleia Geral de 9 de Março de 1917, Gerência de 1916 a 1917*. Lisboa: s/ed., 1917.
- CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESA, INSTITUTO DE ARROIOS – *Terminada a Guerra, a obra de reeducação dos mutilados da guerra. Sua integração na vida social (resultados obtidos. O que é preciso fazer)*. Lisboa: A Americana, 1920.
- CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESAS – *Boletim Mensal nº 7*. Lisboa: Secretaria da Cruzada, 1921.
- CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESAS – *Instituto de Arroios, Mutilados de Guerra, Relatório da 3ª Secção (reeducação profissional)*. Lisboa: Tip. Lusitania, 1921.
- Depois da tormenta. *Vítimas da guerra “...e cuidar dos vivos”*. Nº 76 (16/11/1933), p. 1.
- Diz-se. *O Mutilado*. Nº 1 (30/07/1920), p. 1.
- Diz-se... *O Mutilado*. Nº 2 (10/08/1920), p. 3.
- Diz-se... *O Mutilado*. Nº 6 (17/10/1920), p. 3.
- Ecos. *O Mutilado*. Nº 6 (17/10/1920), p. 2.
- Em fóco! *O Mutilado*. Nº 5 (01/10/1920), p. 2.
- Entrevista. *O Mutilado*. Nº 6 (17/10/1920), p. 3.
- FERREIRA, Aurélio da Costa – A psychologia do mutilado e a sua reeducação profissional. *A Capital*. Nº 2560 (04/10/1917), p. 1, Nº 2561 (06/10/1917), p. 1, Nº 2562 (07/10/1917), p. 1.
- FERREIRA, Aurélio da Costa – Problemas de reeducação profissional: I - A primeira mão de trabalho. *A Medicina Contemporânea*. Ano XXXVI, Nº 5 (03/02/1918), p. 33-34.
- FERREIRA, Aurélio da Costa – Problemas de reeducação profissional: II - Insuficiência mental, gaguês e falso audimutismo. *A Medicina Contemporânea*. Ano XXXVI, Nº 10 (10/03/1918), p. 73-74.
- FERREIRA, Aurélio da Costa – Problemas de reeducação profissional: III - Reeducação e pensões. *A Medicina Contemporânea*. Ano XXXVI, Nº 16 (21/04/1918), p. 124-125.

- FERREIRA, Aurélio da Costa – Problemas de reeducação profissional: IV - Preparando a adaptação. *A Medicina Contemporânea*. Ano XXXVI, Nº 26 (30/06/1918), p. 201-202.
- FERREIRA, Aurélio da Costa – Problemas de reeducação profissional: V - A educação da mão esquerda. *A Medicina Contemporânea*. Ano XXXVI, Nº 32 (11/08/1918), p. 249-250.
- Fundos... IV. *O Mutilado*. Nº 5 (01/10/1920), p. 2.
- Fundos... *O Mutilado*. Nº 14 (09/04/1921), p. 6.
- Fundos... V. *O Mutilado*. Nº 6 (17/10/1920), p. 2.
- Honrai a Patria que a Patria vos contempla. *O Mutilado*. Nº 11 (30/01/1921), p. 1.
- ITSOC – Pergunta inocente. *O Mutilado*. Nº 10 (04/01/1921), p. 3.
- LEAL AMIGO – Conselhos. *O Mutilado*. Nº 10 (04/01/1921), p. 2.
- LEAL AMIGO – Conselhos. *O Mutilado*. Nº 11 (30/01/1921), p. 3.
- LEMOS, Tovar de – *A Reeducação Profissional dos nossos Mutilados da Guerra*. Lisboa: Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1918.
- Livro de Actas da Comissão Central da Cruzada das Mulheres Portuguesas*. Liga dos Combatentes - Arquivo da Cruzada - Pasta 1.
- Livro de Actas da Direcção da Cruzada das Mulheres Portuguesas*. Liga dos Combatentes-Arquivo da Cruzada-Pasta 2.
- MOURA, Maria Lúcia de Brito – A Assistência aos combatentes na I Guerra Mundial: um conflito ideológico. *Revista Portuguesa de História*. 38 (2006), p. 41-75.
- Mutilados da guerra: A obra do Instituto de Santa Izabel, Serviços prestados durante o tempo em que funcionou, Não se gastou um terço do que ali foi recebido. *A Capital*. Nº 3189 (09/08/1919), p. 1.
- Mutilados portugueses. *Ilustração Portuguesa*. Nº 657 (23/09/1918), p. 255
- Mutilados! *O Mutilado*. Nº 14 (09/04/1921), p. 1-2.
- O 9 de Abril no Instituto de Reeducação de Mutilados. *Ilustração Portuguesa*. Nº 687 (21/04/1919), p. 302-303
- O Instituto para reeducação dos mutilados da guerra. *O Mutilado*. Nº 14 (09/04/1921), p. 6.
- O Instituto por dentro e por fora. *O Mutilado*. Nº 2 (10/08/1920), p. 2.
- O Mutilado*. Nº 14 (09/04/1921), p. 8.
- O nosso jornal. *O Mutilado*. Nº 1 (30/07/1920), p. 1.
- Para a História do Diário de Notícias de 17 de Dezembro. *O Mutilado*. Nº 10 (04/01/1921), p. 2.
- Perguntamos. *O Mutilado*. Nº 12 (19/02/1921), p. 3.
- Perguntamos. *O Mutilado*. Nº 11 (30/01/1921), p. 2.
- Pergunta-se. *O Mutilado*. Nº 1 (30/07/1920), p. 2.
- Pergunta-se. *O Mutilado*. Nº 2 (10/08/1920), p. 2.
- PONTES, José – A assistência aos mutilados: como se trabalha em Sta. Izabel e em Arroyos. *A Capital*. Nº 2900 (16/09/1918), p. 1.
- PONTES, José – Como se tratam os mutilados: tudo... menos regulamento de caserna. *A Capital*. Nº 2649 (07/01/1918), p. 1.

- PONTES, José – Fazendo a barba, construindo baús: a pré-reeducação dos mutilados. *A Capital*. Nº 2663 (20/12/1917), p. 1
- PONTES, José – Mutilados da guerra: O material para o hospital de Arroios. *A Capital*. Nº 2540 (14/09/1917), p. 1.
- PONTES, José – *Mutilados portugueses: narrativas de guerra e estudos de reeducação*. Lisboa: Guimarães e C^a, 1918.
- PONTES, José – No Instituto de Santa Izabel: o Natal dos mutilados. *A Capital*. Nº 2638 (26/12/1917), p. 1.
- PONTES, José – O Instituto de Sta Isabel é uma casa milagrosa: Assim o dizem os militares ali internados. *A Capital*. Nº 2676 (04/02/1918), p. 1.
- PONTES, José – Penso moral e tratamento apropriado: os nossos primeiros inválidos da guerra. *A Capital*. Nº 2626 (13/12/1917), p. 1.
- PONTES, José – Regressando á vida antiga: os mutilados trabalhadores de campo. *A Capital*. Nº 2631 (18/12/1917), p. 1.
- Pontes (José Joaquim Fernandes). In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 22. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s/d, p. 453.
- PT AHM/DIV/1/35/1275/07.
- PT AHM/DIV/1/35/1486.
- PT AHM/DIV/1/35A/2/06/04622.
- PT AHM/DIV/1/35A/2/30/26211.
- Registando. *O Mutilado*. Nº 10 (04/01/1921), p. 3.
- Registando. *O Mutilado*. Nº 12 (19/02/1921), p. 2.
- RIBEIRO, Cláudia Pinto – Os heróis que a Guerra invalidou... Reeducação do soldado no Instituto de Mutilado de Santa Isabel (1917-1921). *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto. III Série, vol. 9 (2008), p. 315-335. [Consult. 17 Fev. 2018]. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6742.pdf>.
- RIBEIRO, Cláudia Pinto – Os “maluquinhos” de Arroios... A reeducação dos mutilados da Guerra no Instituto de Arroios (1916/1923). *Revista Portuguesa de História*. XLV (2014), p. 69-94. [Consult. 7 Abr. 2015]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/35358>.
- RIBEIRO, Cláudia Pinto – *Os outros. A Casa Pia de Lisboa como espaço de inclusão da diferença*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009. Dissertação de Doutoramento.
- RISO AMARELO – Em fóco! *O Mutilado*. Nº 10 (04/01/1921), p. 2.
- RISO AMARELO – Em fóco! *O Mutilado*. Nº 11 (30/01/1921), p. 2.
- Tovar de Lemos (Alfredo). In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 32. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s/d, p. 373-374.
- Transcrições. *O Mutilado*. Nº 10 (04/01/1921), p. 2.
- Transcrições. *O Mutilado*. Nº 2 (10/08/1920), p. 3.
- Uma enfermeira. *O Mutilado*. Nº 12 (19/02/1921), p. 2.
- Uma explicação. *O Mutilado*. Nº 12 (19/02/1921), p. 3.
- V – Às pessoas de bem! III. *O Mutilado*. Nº 5 (01/10/1920), p. 1.